



# COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS

TARDE

## INSPETOR CVM - PERFIL 3 - CONTABILIDADE E AUDITORIA

PROVA OBJETIVA DE CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS – NÍVEL SUPERIOR  
TIPO 1 – BRANCA



### SUA PROVA

Além deste caderno de provas contendo setenta questões objetivas, você receberá do fiscal de sala:

- uma folha para a marcação das respostas das questões objetivas



### TEMPO

- **4 horas** é o período disponível para a realização da prova, já incluído o tempo para a marcação da folha de respostas da prova objetiva
- **3 horas** após o início da prova é possível retirar-se da sala, sem levar o caderno de provas
- **30 minutos** antes do término do período de prova é possível retirar-se da sala **levando o caderno de provas**



### NÃO SERÁ PERMITIDO

- Qualquer tipo de comunicação entre os candidatos durante a aplicação da prova
- Usar o sanitário ao término da prova, após deixar a sala



### INFORMAÇÕES GERAIS

- As questões objetivas têm cinco alternativas de resposta (A, B, C, D, E) e somente uma delas está correta
- Verifique se este caderno de provas está completo, sem repetição de questões ou falhas. Caso contrário, notifique imediatamente o fiscal da sala, para que sejam tomadas as devidas providências
- Na folha de respostas da prova objetiva, confira seus dados pessoais, especialmente nome, número de inscrição e documento de identidade, e leia atentamente as instruções para preenchimento
- Use somente caneta esferográfica, fabricada em material transparente, com tinta preta ou azul
- Assine seu nome apenas no(s) espaço(s) reservado(s)
- Confira o cargo, a cor e o tipo do seu caderno de provas. Caso tenha recebido caderno de cargo, cor ou tipo diferente do impresso em sua folha de respostas, o fiscal deve ser **obrigatoriamente** informado para o devido registro na ata da sala
- O preenchimento das respostas da prova objetiva é de sua responsabilidade e não será permitida a troca da folha de respostas em caso de erro
- Para fins de avaliação, serão levadas em consideração apenas as marcações realizadas na folha de respostas da prova objetiva, não sendo permitido anotar informações relativas às respostas em qualquer outro meio que não seja o caderno de provas
- Os candidatos serão submetidos ao sistema de detecção de metais quando do ingresso e da saída de sanitários durante a realização das provas

**Boa sorte!**



## PROVA OBJETIVA

### CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

#### Contabilidade

1

Uma empresa S.A. denominada A é fabricante de produtos eletrônicos, e todos os seus suprimentos são provenientes de um único fornecedor (empresa B) para garantir a qualidade e prazo, já que a empresa opera no modelo *just-in-time*. Os produtos acabados são vendidos às empresas C e D, nas quais a empresa A exerce influência significativa.

Considerando as informações apresentadas, a situação em que o inspetor da CVM deverá identificar a necessidade de divulgação como transações com partes relacionadas, de acordo com o CPC 05, é:

- (A) a empresa que reporta A compra todas as suas matérias-primas e peças da empresa B; assim, a empresa A pode ser considerada economicamente dependente da empresa B;
- (B) a empresa que reporta C transaciona com D produtos adquiridos de A, para aumento da abrangência e alcance das vendas;
- (C) a empresa que reporta A armazena a matéria-prima e os produtos acabados em um depósito arrendado da empresa F, que tem o mesmo administrador da empresa A;
- (D) a empresa que reporta A vende produtos para a empresa de propriedade do seu diretor-geral, empresa D;
- (E) a empresa que reporta C aprovou o acordo coletivo dos seus funcionários com o sindicato, em que os diretores de A auxiliaram participando das negociações ao longo do ano.

2

Durante 2024, uma empresa S.A decidiu alterar o critério de valoração de seus estoques, de PEPS para custo médio ponderado. As vendas do ano foram de R\$ 20 milhões e as compras totais da empresa foram de R\$ 10 milhões. Os valores de estoques segundo cada critério são descritos abaixo.

	PEPS	Custo Médio Ponderado
31 de dezembro de 2023	R\$ 3.000.000	R\$ 3.000.000
31 de dezembro de 2024	R\$ 4.000.000	R\$ 2.000.000

Segundo a administração da empresa S.A., a mudança foi feita porque o método do custo médio ponderado proporciona uma melhor correspondência entre custos e receitas. Além disso, com a mudança, o método de precificação de estoques da empresa será consistente com o método predominante no setor.

Considerando as informações apresentadas, o lucro bruto ajustado conforme o novo critério, em 31 de dezembro de 2024, é de:

- (A) R\$ 2.000.000,00;
- (B) R\$ 4.000.000,00;
- (C) R\$ 9.000.000,00;
- (D) R\$ 11.000.000,00;
- (E) R\$ 14.000.000,00.

3

No dia 1º de janeiro de 2024, uma empresa S.A. atribui 20 opções de ações a cada um dos seus 100 funcionários. Cada opção de ação está sujeita à condição de que os funcionários trabalhem por dois anos. A empresa estimou que 80% dos funcionários cumpririam a condição. Durante 2024, saíram 10 colaboradores, e a empresa seguiu estimando que 20% dos funcionários originais iriam sair ao longo do período de dois anos. Durante 2025, outros 15 funcionários saíram antes do período. O valor justo de cada opção, mensurado de acordo com um modelo de precificação que leva em conta os fatores que seriam considerados pelo mercado, é de R\$ 10,00.

Considerando as informações apresentadas, em 31 de dezembro de 2025, a empresa deve efetuar o seguinte lançamento contábil:

- (A) Débito: Despesa de Remuneração (DRE) R\$ 7.000  
Crédito: instrumentos patrimoniais outorgados (patrimônio líquido) R\$ 7.000;
- (B) Débito: Despesa de Remuneração (DRE) R\$ 7.500  
Crédito: instrumentos patrimoniais outorgados (patrimônio líquido) R\$ 7.500;
- (C) Débito: Despesa de Remuneração (DRE) R\$ 10.000  
Crédito: instrumentos patrimoniais outorgados (patrimônio líquido) R\$ 10.000;
- (D) Débito: Despesa de Remuneração (DRE) R\$ 5.000  
Crédito: instrumentos patrimoniais outorgados (patrimônio líquido) R\$ 5.000;
- (E) Débito: Despesa de Remuneração (DRE) R\$ 8.250  
Crédito: instrumentos patrimoniais outorgados (patrimônio líquido) R\$ 8.250.

4

Uma empresa S.A. (adquirente) concluiu a aquisição de 100% da sociedade ABC Ltda (adquirida). A aquisição está em linha com a estratégia da companhia de ser mais relevante no dia a dia de seus clientes. Além disso, possibilitará a melhoria da experiência do consumidor, a expansão da categoria de mercado para novas localidades e a aceleração de soluções. O valor justo do preço de aquisição foi de R\$ 20 milhões, sendo esse valor pago à vista. O valor do patrimônio líquido da adquirida era de R\$ 5 milhões. A adquirente, através de avaliação de consultores externos, efetuou os estudos para determinação do valor justo dos ativos e passivos para a alocação do preço de compra, conforme demonstrado abaixo.

	Valor Justo (em milhares de reais)
<b>Contas do Ativo</b>	
Ativo circulante	3.693
Imobilizado	47
Intangível	17.789
<b>Contas do Passivo</b>	
Passivo circulante	1.577
Imposto de renda e contribuição social diferido	2.834

Também foram identificados pelos consultores passivos contingentes (não prováveis que sejam requeridas saídas de recursos para liquidar a obrigação) mensurados a valor justo com confiabilidade no valor de R\$ 9.449 mil.

Considerando as informações apresentadas, a empresa adquirente contabilizou um(a):

- (A) mais valia de ativos líquidos de R\$ 7.669 mil;
- (B) ágio por expectativa de rentabilidade futura de R\$ 12.331 mil;
- (C) contraprestação fixa de R\$ 15.000 mil;
- (D) valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos de R\$ 17.118 mil;
- (E) ganho por compra vantajosa de R\$ 2.669 mil.

5

Observe as seguintes situações de uma empresa S.A denominada A. Em 07/03/24, o conselho de administração aprovou aumento significativo de capital social, por subscrição privada. As ações a serem subscritas no âmbito do aumento de capital poderiam ser integralizadas em créditos ou em moeda corrente, desde que a parcela em moeda corrente fosse integralizada no ato da subscrição. Em 13/07/24, encerrado o processo de subscrição das ações emitidas no aumento de capital, foi informado, por meio de comunicado ao mercado, que o acionista ingressante passaria a ser titular de ações correspondentes a 25% do capital social total e da maioria do capital votante da empresa S.A. Em 20/07/24, o aumento de capital foi homologado pelo conselho de administração da companhia, e não foi publicado à época qualquer fato relevante a respeito da não integralização, pelo acionista ingressante, das ações subscritas na data originalmente prevista.

Considerando as informações apresentadas e os preceitos da Lei nº 6.404/1976, o inspetor da CVM identificou que a responsabilidade pela não comunicação imediata à bolsa de valores e pela não divulgação por meio da imprensa da falta de integralização foi do:

- (A) administrador da empresa A;
- (B) conselho de administração da empresa A;
- (C) acionista ingressante;
- (D) auditor interno da empresa A;
- (E) membro do comitê de auditoria da empresa A.

6

Em uma empresa S.A., o comitê de auditoria relatou falhas recorrentes na contratação de alguns serviços, recomendando a adoção de um plano de ação. Essa providência não teria sido implementada nos meses seguintes, e, na reunião subsequente com pauta específica sobre atividades de auditoria, o conselho de administração não teria feito cobranças sobre o assunto, permanecendo omissos diante dos apontamentos. Além disso, os controles internos da empresa S.A. teriam sido acompanhados pelos conselheiros em colaboração com a auditoria interna e o comitê de auditoria, que elaborava relatórios trimestrais reportando as deficiências e a evolução dos trabalhos de aprimoramento para o conselho. Ao fim do exercício social, o conselho fiscal aprovou as demonstrações financeiras.

Considerando as informações apresentadas e os preceitos da Lei nº 6.404/1976, a responsabilidade de fiscalizar a gestão dos diretores e atos dos administradores sobre o cumprimento dos seus deveres legais e estatutários compete ao:

- (A) conselho de administração, apenas;
- (B) conselho fiscal, apenas;
- (C) comitê de auditoria, apenas;
- (D) conselho de administração e conselho fiscal, apenas;
- (E) conselho de administração, conselho fiscal e comitê de auditoria.

7

Uma empresa S.A., que patrocina um plano de pensão na modalidade de benefício definido, apresentou as informações a seguir.

Valor justo dos ativos do plano, em 1º de janeiro de 2023	R\$ 2.400.000
Valor justo dos ativos do plano, em 31 de dezembro de 2023	R\$ 2.725.000
Contribuições para o plano em 2023	R\$ 280.000
Benefícios pagos aos aposentados em 2023	R\$ 350.000

A taxa de desconto (juros) é de 7%.

Considerando as informações apresentadas, o inspetor da CVM identificou que o(a):

- (A) retorno real dos ativos do plano em 2023 foi de R\$ 325.000;
- (B) perda contabilizada na DRE de 2023 foi de R\$ 70.000;
- (C) retorno real dos ativos do plano em 2023 foi de R\$ 227.000;
- (D) ganho dos ativos contabilizados foi, no resultado do exercício, de R\$ 395.000 em 2023;
- (E) ganho dos ativos contabilizados foi, em outros resultados abrangentes, de R\$ 227.000 em 2023.

8

Analise as situações a seguir sobre direitos de voto potenciais de empresas S.A.

1. A empresa A detém 70% dos direitos de voto da empresa C. A empresa B detém os restantes 30% dos direitos de voto de C, bem como uma opção de adquirir metade dos direitos de voto de A (35%). A opção pode ser exercida a qualquer momento durante os próximos dois anos a um preço fixo que está substancialmente fora do preço (*out-of-money*), incluindo um prêmio de controle, e espera-se que assim permaneça durante esse período de dois anos. A empresa A vem exercendo seus votos, e está orientando ativamente as atividades de C.
2. A empresa D é de propriedade da empresa E, que detém 80% dos direitos de voto, e da empresa F, que detém 20% do restante. A empresa F detém uma opção de aquisição de ações da empresa D que estão em poder da empresa E. A opção está dentro do preço (*in-the-money*), mas há condições que limitam, de forma estrita, a época de seu exercício. Se a empresa F exercer a opção, então o negócio ficará seriamente prejudicado, porque E é a única fonte de *know-how* e poderia levá-lo consigo ao abandonar legalmente o acordo. Como resultado, a empresa F não se beneficiaria do exercício da opção.

Considerando as informações apresentadas e os preceitos do CPC 36, o inspetor da CVM conclui que:

- (A) na situação 1, a opção de compra é substantiva, pois o preço do exercício está dentro do preço (*in-the-money*);
- (B) na situação 1, a opção de compra é substantiva, pois, caso a empresa B exerça a opção, a adquirida será sua controlada;
- (C) na situação 2, a opção de compra é substantiva, pois há um prêmio de controle;
- (D) na situação 2, a opção de compra é substantiva, pois a empresa D possui a maioria dos votos da empresa E;
- (E) em ambas as situações, há falta de substância (não substantivas) para as opções de compra.

9

Uma empresa S.A. é controlada integral de outra empresa S.A. (investidora). Em 31 de outubro de 2024, a controlada celebra um acordo de empréstimo com um banco. O empréstimo contém diversas cláusulas de *covenants*. Se um *covenant* for violado, o banco pode cancelar o empréstimo e efetivamente forçar a empresa controlada à liquidação. No início do empréstimo, a empresa investidora conclui que os direitos do banco são considerados direitos de proteção (*protective rights*), porque se destinam a proteger os interesses do banco sem lhe dar poder sobre a empresa controlada. Em 31 de dezembro de 2024, a empresa controlada registra o seu primeiro prejuízo operacional como resultado de condições comerciais adversas. No entanto, verifica-se que nenhuma das cláusulas de *covenants* do empréstimo foi violada, embora a administração da empresa acredite que essa seja uma possibilidade em 2025. Durante 2025, a posição financeira da controlada deteriora-se. Em 30 de junho de 2025, embora nenhum dos acordos de empréstimo tenha sido violado, a empresa controlada e o banco começam negociações do empréstimo, os quais resultariam na prorrogação de seu prazo, em troca de o banco receber o direito de substituir a gestão em certas decisões comerciais importantes. Em 30 de setembro de 2025, as negociações se encerram e o novo direito do acordo é modificado. Em 31 de dezembro de 2025, os *covenants* são violados e os direitos do banco se tornam exercíveis.

Considerando as informações apresentadas, o inspetor da CVM observou que houve necessidade de reavaliar o controle da investidora sobre a controlada nas seguintes situações:

- (A) em 31 de outubro de 2024 e 30 de setembro de 2025;
- (B) em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2025;
- (C) em 30 de junho de 2025 e 31 de dezembro de 2025;
- (D) em 30 de junho de 2025 e 30 de setembro de 2025;
- (E) em 30 de setembro de 2025 e 31 de dezembro de 2025.

**10**

Uma empresa S.A. possui um produto que é negociado em três mercados diferentes, mas geralmente compra e vende no mercado A.

	Mercado A	Mercado B	Mercado C
Volume (anual)	60.000	120.000	300.000
Nível de atividade	150	200	400
Preço que seria recebido	60	55	57
Custos de transporte	4	3	3
Custos de transação	2	2	1

Considerando as informações apresentadas e os preceitos do CPC 46, o inspetor da CVM identificou que o:

- (A) mercado principal do ativo é o mercado A, pois este possui o maior valor líquido que seria recebido;
- (B) mercado mais vantajoso para a empresa é o C, pois este possui o maior valor líquido que seria recebido;
- (C) valor justo deve ser 54, embora normalmente a empresa não transacione no mercado C, que não é o mercado mais vantajoso;
- (D) valor justo deve ser de 54, considerando os custos de transporte e os custos de transação;
- (E) valor justo deve ser de 54, considerando que a empresa não consiga acessar os mercados B e C, situação na qual ela usaria o mercado A como o mercado mais vantajoso.

**11**

Uma empresa S.A. conhecida como A investe em ações da empresa S.A. conhecida como B. Ambas são listadas na Bolsa de Valores do Brasil. Na data do balanço, a empresa A obtém o preço de fechamento das ações de B. Após a hora de fechamento da bolsa brasileira, mas ainda na data de divulgação das demonstrações financeiras, a empresa B faz um anúncio público que afeta o justo valor das suas ações. Isso é evidenciado pelos preços de um pequeno número de transações pós-venda em recibos de depósito sobre as ações da empresa B que também são negociadas na Bolsa de Valores de Nova Iorque. Então, a empresa A utiliza os preços do mercado pós-venda para fazer os ajustes apropriados ao preço de fechamento da bolsa brasileira, a fim de mensurar pelo valor justo as ações na data de mensuração.

Considerando as informações apresentadas, o inspetor da CVM identificou que a mensuração do valor justo resultante é:

- (A) uma mensuração de nível 1;
- (B) uma mensuração de nível 2;
- (C) uma mensuração de nível 3;
- (D) considerada como erro de exercício anterior;
- (E) considerada como alteração de estimativa contábil.

**12**

Uma empresa S.A. opera um programa de fidelização de clientes em sua loja, recompensando os clientes com 1 ponto a cada R\$ 2,58 gastos. Cada ponto pode ser resgatado pelo valor em dinheiro de R\$ 1,00 em compras futuras durante os seis meses seguintes. Nenhum outro desconto ou abatimento é oferecido pela empresa aos clientes. A partir disso, clientes compraram produtos na loja totalizando R\$ 258.000,00 e ganharam 100.000 pontos resgatáveis em compras futuras na loja. A empresa estima, com alta probabilidade com base em experiência passada, que os clientes resgatem 95% dos pontos. O preço de venda individual dos produtos vendidos aos clientes sem pontos é de R\$ 258.000,00. A taxa de juros do período de 6 meses é de 10%.

Considerando as informações apresentadas e os preceitos do CPC 47, o inspetor da CVM identificou que a alocação dos preços será de:

- (A) R\$ 213.750,00 aos produtos e R\$ 64.125,00 aos pontos;
- (B) R\$ 213.750,00 aos produtos e R\$ 71.250,00 aos pontos;
- (C) R\$ 213.750,00 aos produtos e R\$ 85.500,00 aos pontos;
- (D) R\$ 285.000,00 aos produtos e R\$ 85.500,00 aos pontos;
- (E) R\$ 285.000,00 aos produtos e R\$ 95.000,00 aos pontos.

**13**

Uma empresa S.A. possui uma propriedade classificada como propriedade para investimento. Em 31 de outubro de 2024, a empresa altera a intenção de uso e decide utilizar a propriedade como sede administrativa devido a uma expansão de seus negócios. Em 31 de dezembro de 2024, a empresa inicia a reforma para uso próprio; nesse momento, os construtores estão no local realizando os trabalhos de reforma com vista à ocupação pela empresa. Em 31 de março de 2025, a reforma é encerrada e, em 30 de abril, a sede da empresa e seus funcionários começam a utilizar a propriedade. Em 30 de junho de 2025, a empresa reclassifica, para a divulgação trimestral, a propriedade para investimento como imobilizado.

Considerando as informações apresentadas e os preceitos do CPC 28, o inspetor da CVM identificou que a empresa deveria ter reclassificado a propriedade em:

- (A) 31 de outubro de 2024;
- (B) 31 de dezembro de 2024;
- (C) 31 de março de 2025;
- (D) 30 de abril de 2025;
- (E) 30 de junho de 2025.

**14**

Uma empresa S.A. denominada X construiu uma nova usina de combustível renovável, que entrou em operação em 1º de janeiro de 2024. O custo total para construir a usina foi de R\$ 1.500 milhões. A vida útil estimada da planta é de 20 anos. O valor contábil inicial da usina incluía um valor presente de R\$ 100 milhões para desmantelamento, que foi determinado utilizando-se uma taxa de desconto de 10% a.a. Em 31 de dezembro de 2024, a empresa X remensurou a provisão de desmantelamento a valor presente para R\$ 130 milhões. Considerando as informações apresentadas e um lançamento anual, a empresa registrou as seguintes contabilizações em 31 de dezembro de 2024:

- (A) Débito: Depreciação R\$ 75 milhões  
Crédito: Depreciação acumulada R\$ 75 milhões  
Débito: Imobilizado (Ativo) R\$ 30 milhões  
Crédito: Provisão para desmantelamento (Passivo) R\$ 30 milhões;
- (B) Débito: Depreciação R\$ 80 milhões  
Crédito: Depreciação acumulada R\$ 80 milhões  
Débito: Imobilizado (Ativo) R\$ 30 milhões  
Crédito: Provisão para desmantelamento (Passivo) R\$ 30 milhões;
- (C) Débito: Depreciação R\$ 75 milhões  
Crédito: Depreciação acumulada R\$ 75 milhões  
Débito: Despesa com Provisão (DRE) R\$ 20 milhões  
Crédito: Provisão para desmantelamento (Passivo) R\$ 20 milhões;
- (D) Débito: Depreciação R\$ 75 milhões  
Crédito: Depreciação acumulada R\$ 75 milhões  
Débito: Despesa de juros (DRE) R\$ 10 milhões  
Crédito: Provisão para desmantelamento (Passivo) R\$ 10 milhões  
Débito: Imobilizado (Ativo) R\$ 20 milhões  
Crédito: Provisão para desmantelamento R\$ 20 milhões;
- (E) Débito: Depreciação R\$ 80 milhões  
Crédito: Depreciação acumulada R\$ 80 milhões  
Débito: Despesa de juros (DRE) R\$ 10 milhões  
Crédito: Provisão para desmantelamento (Passivo) R\$ 10 milhões  
Débito: Despesa com Provisão (DRE) R\$ 20 milhões  
Crédito: Provisão para desmantelamento (Passivo) R\$ 20 milhões.

**15**

Uma empresa S.A. denominada Alfa vende sua controlada integral Beta para sua coligada (30%) Gama. O valor contábil dos ativos líquidos de Beta, nas demonstrações financeiras consolidadas de Alfa, na data da venda, é de R\$ 5.500, e Beta não possui participação de acionistas não controladores. O preço de venda é R\$ 9.000, que é também o justo valor de Beta. Levando-se em conta as informações apresentadas e considerando que a empresa adota a política contábil do CPC 18, a empresa Alfa registrou, corretamente, os seguintes lançamentos de transação de venda e de eliminação subsequente, respectivamente:

- (A) Débito: Caixa 9.000  
Crédito: Investimento em Beta 5.500  
Crédito: Ganho na venda (DRE) 3.500  
e  
Débito: Ganho na venda (DRE) 3.500  
Crédito: Investimento em coligadas (BP) 3.500;
- (B) Débito: Caixa 9.000  
Crédito: Investimento em Beta 5.500  
Crédito: Ganho na venda (DRE) 3.500  
e  
Débito: Ganho na venda (DRE) 2.700  
Crédito: Investimento em coligadas (BP) 2.700;
- (C) Débito: Caixa 9.000  
Crédito: Investimento em Beta 5.500  
Crédito: Ganho na venda (DRE) 3.500  
e  
Débito: Ganho na venda (DRE) 1.050  
Crédito: Investimento em coligadas (BP) 1.050;
- (D) Débito: Caixa 9.000  
Crédito: Ganho na venda (ORA) 9.000  
e  
Débito: Ganho na venda (ORA) 2.700  
Crédito: Investimento em coligadas (BP) 2.700;
- (E) Débito: Caixa 9.000  
Crédito: Ganho na venda (ORA) 9.000  
e  
Débito: Ganho na venda (ORA) 1.050  
Crédito: Investimento em coligadas (BP) 1.050.

16

Analise as seguintes situações sobre o teste de um ativo individual ou de uma unidade geradora de caixa (UGC):

1. Uma empresa S.A opera uma fábrica que compreende uma única UGC. Não há indicação de redução ao valor recuperável ao nível da UGC. No entanto, uma peça fundamental do equipamento está danificada, e, embora esteja operacionalmente com capacidade reduzida, a empresa decidiu substituir a máquina e encomendou um modelo mais novo. A empresa verificou que existe um mercado para máquinas usadas no exterior e planeja continuar usando a máquina danificada até a chegada de uma nova, quando então ela será reformada e vendida. Existe um preço de venda estimado para a máquina reconcondicionada, a partir do qual a empresa foi capaz de estimar o valor justo líquido da despesa de venda como menor que seu valor contábil, e o valor em uso do ativo é estimado como sendo próximo do valor justo líquido de despesas de alienação.
2. Uma empresa S.A. possui duas UGCs, A e B, cada uma operando sob sua própria marca. A UGC B vem incorrendo em perdas, e a empresa concluiu que deveria ser testada quanto à redução ao valor recuperável. Dentro da UGC B, a marca é o ativo mais significativo. A empresa tem conhecimento, através de um recente relatório preliminar preparado por um especialista em avaliação independente, de que o justo valor da marca é inferior ao seu valor contábil. A empresa não tem intenção de se desfazer da marca, que é parte integrante do negócio, embora esse ativo não gere entradas de caixa independentes e seu valor não possa ser estimado.

Considerando as informações apresentadas e os preceitos do CPC 01, o inspetor da CVM chegou à conclusão de que:

- (A) na situação 1, a máquina deve ser reduzida ao seu valor justo líquido das despesas de venda;
- (B) na situação 1, a UGC deve ser reduzida ao seu valor justo líquido das despesas de venda;
- (C) na situação 2, embora a marca não gere entradas de caixa em grande parte independentes, ela deve ser reduzida ao seu valor justo líquido das despesas de venda;
- (D) na situação 2, embora a marca não gere entradas de caixa em grande parte independentes, ela deve ser testada como um ativo individual;
- (E) em ambas as situações, a norma afasta a necessidade de teste de *impairment*.

17

Uma empresa S.A. realizou um investimento de R\$ 98.000 em títulos e valores mobiliários (TVM) em 1º de janeiro de 2024, com maturidade de 3 anos a 10% a.a. O contador preparou a seguinte tabela para auxiliar na contabilização do TVM:

Ano	Custo amortizado no começo do ano	Juros	Valor Justo ao fim do ano
1	R\$ 98.000,00	R\$ 9.800,00	R\$ 110.000,00
2	R\$ 107.800,00	R\$10.780,00	R\$ 118.000,00
3	R\$ 118.580,00	R\$11.858,00	R\$ 132.000,00

Segundo o modelo de negócios e o fluxo de caixa contratual, a empresa decide mensurar a operação como valor justo por meio do resultado (VJR).

Considerando as informações apresentadas, o contador da empresa contabilizou:

- (A) ao fim do ano 1, um ganho de R\$ 12.000,00 na DRE decorrente da marcação a mercado;
- (B) ao fim do ano 2, uma perda de R\$ 580,00 na DRE decorrente da marcação a mercado;
- (C) ao fim do ano 2, um saldo credor de R\$ 580,00 na marcação a mercado no balanço patrimonial;
- (D) ao fim do ano 3, um saldo devedor de R\$ 1.562,00 na marcação a mercado no balanço patrimonial;
- (E) ao fim do ano 3, um saldo de R\$ 118.580,00 que será resgatado.

18

Analise os cenários a seguir.

1. O vendedor recebe ações da adquirente no valor de 50 se os lucros acumulados da adquirida durante um período de três anos forem de pelo menos 20.
2. O vendedor recebe 50 ações da adquirente se os lucros acumulados da adquirida durante um período de três anos forem de pelo menos 20.
3. O vendedor recebe 50 ações do adquirente se os lucros acumulados da adquirida durante um período de três anos forem de pelo menos 20, e 100 ações se os lucros forem de pelo menos 40.
4. O vendedor recebe uma ação do adquirente para cada 1 de lucro superior a 10.

Considerando as informações apresentadas, o inspetor da CVM identificou que cada prestação contingente, em cada um dos cenários, será classificada, respectivamente, como:

- (A) passivo, patrimônio líquido, passivo e passivo;
- (B) patrimônio líquido, passivo, patrimônio líquido e patrimônio líquido;
- (C) patrimônio líquido, patrimônio líquido, patrimônio líquido e patrimônio líquido;
- (D) patrimônio líquido, patrimônio líquido, passivo e passivo;
- (E) passivo, passivo, patrimônio líquido e patrimônio líquido.

19

Em 1º de janeiro de 2024, uma empresa S.A. do setor aéreo vende um avião usado com *design* padrão para a empresa ABC por R\$ 33.000.000,00. O valor contábil do avião é de R\$ 30.000.000,00. A empresa aérea arrenda imediatamente a aeronave de volta conforme as condições a seguir.

- O prazo do arrendamento é de sete anos. O contrato de arrendamento não é cancelável, exigindo pagamentos iguais de R\$ 4.881.448,00 no final de cada ano, a partir de 31 de dezembro de 2024.
- O arrendamento não contém opções de renovação ou compra. O avião reverte para a empresa ABC ao término do contrato.
- A aeronave tem um valor justo de R\$ 33.000.000 em 1º de janeiro de 2024 e uma vida econômica restante estimada de 10 anos. O valor residual (não garantido) no final do arrendamento é de R\$ 13.000.000,00.
- Os pagamentos anuais garantem ao arrendador um retorno de 8% (que é o mesmo que a taxa incremental).

Considerando as informações apresentadas, o inspetor da CVM identificou que o:

- (A) valor do direito de uso da aeronave será de R\$ 33.000.000,00;  
 (B) valor do pagamento do arrendamento será contabilizado como despesas operacionais conforme regime de competência;  
 (C) valor da perda da venda do avião no reconhecimento inicial será decorrente da diferença entre os R\$ 33.000.000,00 e o valor presente líquido do direito de uso;  
 (D) arrendamento do avião será classificado como arrendamento operacional;  
 (E) arrendamento do avião será contabilizado por um montante de R\$ 34.170.136,00.

20

Em um fundo de investimento em participações, qualificado como entidade de investimento, o tomador de decisão (gestor do fundo) deve decidir no interesse de todos os investidores e de acordo com os contratos firmados. Observe um trecho da nota explicativa dos investimentos do fundo em 31 de dezembro de 2023.

Empresas	Qta. de ações	PL a valor contábil da investida	Valor Justo do Investimento	% Partic. na Investida
Alfa S.A.	1.959	R\$ 17.000	R\$ 38.000	30%
Beta S.A.	7.500	R\$ 200.000	R\$ 500.000	55%
Omega Ltd.	500	R\$ 2.000	R\$ 4.000	10%

Considerando as informações apresentadas, o inspetor da CVM identificou que o montante total das participações em entidades controladas, coligadas e outros investimentos em 31 de dezembro de 2023, no balanço patrimonial, era de:

- (A) R\$ 115.300;  
 (B) R\$ 219.000;  
 (C) R\$ 221.000;  
 (D) R\$ 542.000;  
 (E) R\$ 600.000.

## Funcionamento do Mercado de Valores Mobiliários (MVM)

21

De acordo com a Resolução CVM nº 182/2023, que dispõe sobre certificados de depósito emitidos no Brasil com lastro em ações, certificados de depósito de ações ou em valores mobiliários representativos de dívida emitidos no exterior (BDR), é correto afirmar que:

- (A) na modalidade não patrocinado, o programa de BDR pode ser instituído por três ou mais instituições depositárias;  
 (B) em cada programa de BDR, os valores mobiliários que servem como lastro para os BDR devem pertencer a uma única espécie e classe;  
 (C) na modalidade patrocinado, o programa de BDR deve ser instituído por duas instituições depositárias, contratadas pelo patrocinador;  
 (D) um programa de BDR patrocinado pode vigorar simultaneamente a um programa não patrocinado de BDR com lastro em até dois valores mobiliários da mesma espécie;  
 (E) o programa de BDR classificado no nível I é sempre na modalidade patrocinado, sendo uma de suas características a dispensa de registro do emissor na CVM, ressalvada a hipótese de BDR com lastro em valores mobiliários representativos de dívida emitidos por emissores brasileiros.

22

A força-tarefa para divulgações financeiras relacionadas às mudanças climáticas (TCFD, sigla em inglês) desenvolveu recomendações que podem ser amplamente adotadas para divulgações financeiras relacionadas ao clima, aplicáveis a organizações de todos os setores da economia e a todas as jurisdições.

As alternativas abaixo apresentam essas recomendações de ampla adoção, EXCETO:

- (A) divulgar como a organização identifica, avalia e gerencia os riscos relacionados às mudanças climáticas;  
 (B) divulgar a governança da companhia sobre riscos e oportunidades relacionados às mudanças climáticas;  
 (C) divulgar ao mercado e aos investidores as ações da companhia implementadas ou em vias de implementação para a conservação da biodiversidade;  
 (D) divulgar as métricas e as metas utilizadas para avaliar e gerir riscos e oportunidades relacionados às mudanças climáticas sempre que tais informações forem relevantes;  
 (E) divulgar os impactos reais e potenciais de riscos e oportunidades relacionados às mudanças climáticas sobre os negócios, a estratégia e o planejamento financeiro da organização, sempre que tais informações forem relevantes.

**23**

A oferta pública de distribuição de valores mobiliários de emissão de sociedade empresária de pequeno porte, realizada por meio de plataforma eletrônica de investimento participativo, fica automaticamente dispensada de registro na CVM, desde que observado, dentre outros, o seguinte requisito:

- (A) existência de valor alvo máximo de captação não superior a R\$ 20.000.000,00 e de prazo de captação não superior a 90 dias, que devem ser definidos antes do início da oferta;
- (B) os valores mobiliários objeto da oferta pública, bem como todos aqueles com eles fungíveis, neles conversíveis ou que se convertam na mesma espécie de valor mobiliário, serem objeto, cumulativamente, (i) de escrituração e (ii) de controle de titularidade e de participação societária;
- (C) os recursos captados pela sociedade de pequeno porte não podem ser utilizados para: a) a aquisição, direta ou por meio de títulos conversíveis, de participação minoritária em outras sociedades, assim entendida como 50% ou menos de suas cotas ou ações com direito a voto, conforme o caso; e b) a concessão de crédito a outras sociedades;
- (D) o emissor ser sociedade empresária de pequeno porte, assim definida como aquela constituída e com sede no Brasil, não registrada como emissor de valores mobiliários junto à CVM, e com receita bruta anual, apurada no exercício social encerrado no ano anterior à oferta, de até R\$ 25.000.000,00;
- (E) garantia ao investidor de um período de desistência de, no mínimo, 15 dias contados a partir da confirmação do investimento, sendo a desistência por parte do investidor isenta de multas ou penalidades quando solicitada antes do encerramento desse período.

**24**

Em conformidade com a Resolução CVM nº 193/2023, que dispõe sobre a elaboração e divulgação do relatório de informações financeiras relacionadas à sustentabilidade, com base no padrão internacional emitido pelo *International Sustainability Standards Board* – ISSB, analise as afirmativas abaixo.

- I. O relatório de informações financeiras relacionadas à sustentabilidade, com base no padrão do ISSB, deve ser objetivamente identificado e apresentado de forma segregada das demais informações da entidade e das demonstrações financeiras.
- II. Para as companhias abertas, a obrigatoriedade de elaboração e divulgação do relatório de informações financeiras relacionadas à sustentabilidade, com base nas normas do ISSB, começa a partir dos exercícios sociais iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2026.
- III. A opção de elaboração e divulgação de relatório de informações financeiras, em caráter voluntário, relacionadas à sustentabilidade, pelos fundos de investimento e companhias securitizadoras, com base no padrão internacional emitido pelo ISSB, fica estabelecida a partir dos exercícios sociais iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2025.

Está correto o que se afirma em:

- (A) II, apenas;
- (B) III, apenas;
- (C) I e II, apenas;
- (D) I e III, apenas;
- (E) I, II e III.

**25**

A Lei nº 13.874/2019, em seu Art. 5º, dispõe que as propostas de edição e de alteração de atos normativos de interesse geral de agentes econômicos ou de usuários dos serviços prestados, editadas por órgão ou entidade da administração pública federal, incluídas as autarquias e as fundações públicas, serão precedidas da realização de análise de impacto regulatório (AIR).

Em complemento, a regulamentação da AIR pelo Decreto nº 10.411/2020 dispensa sua elaboração, desde que haja decisão fundamentada do órgão ou da entidade competente, na hipótese de:

- (A) calamidade pública, urgência ou estado de emergência;
- (B) ato normativo considerado de baixo ou médio impacto;
- (C) ato normativo que vise a manter a convergência com padrões internacionais;
- (D) ato normativo que vise a preservar liquidez, solvência ou higidez do mercado imobiliário;
- (E) ato normativo que revogue, revise ou amplie normas desatualizadas para adequá-las ao desenvolvimento tecnológico consolidado internacionalmente.

**26**

A oferta pública de Certificados de Recebíveis do Agronegócio (CRA) deve observar a regulamentação fixada pela CVM, no exercício da competência que lhe foi atribuída pela Lei nº 14.430/2022, para editar as normas sobre a emissão pública de Certificados de Recebíveis e outros valores mobiliários representativos de operações de securitização de tais direitos. Nesses termos, os CRAs ofertados ao público em geral devem:

- (A) ser constituídos por direitos creditórios cedidos por duas ou mais companhias abertas sob controle comum;
- (B) ser constituídos por créditos considerados como performados no momento da cessão ou subscrição pela companhia securitizadora;
- (C) possuir devedores ou coobrigados com exposição máxima de 10% do valor da emissão, ainda que o devedor ou coobrigado seja companhia aberta ou instituição financeira;
- (D) contar com retenção substancial de riscos e benefícios do cessionário ou de terceiros, salvo se o CRA estiver vinculado à dívida de responsabilidade de dois ou mais devedores;
- (E) ter como lastro direitos creditórios, originais ou cessionários, de credores pessoas físicas ou jurídicas, produtores rurais ou suas cooperativas, com destinação dos recursos, dada pelo devedor ou pelo cedente, exclusiva ao setor agropecuário.

**27**

A operação de securitização tem por objeto a aquisição de direitos creditórios pelas companhias securitizadoras para lastrear a emissão de Certificados de Recebíveis (CRs) ou outros títulos e valores mobiliários perante investidores.

Sobre a natureza dos CRs e os direitos creditórios que lhes servem de lastro, analise as afirmativas a seguir.

- I. Os Certificados de Recebíveis são valores mobiliários nominativos, sob forma escritural, de livre negociação, e constituem ordem de pagamento em dinheiro.
- II. A companhia securitizadora responde pela origem e pela autenticidade dos direitos creditórios vinculados ao Certificado de Recebíveis por ela emitido.
- III. Os direitos creditórios que lastreiam os Certificados de Recebíveis devem ser previamente identificados, atendendo aos critérios de seletividade previstos no termo de securitização, e devem ser adquiridos até a data de emissão dos Certificados de Recebíveis.

Está correto o que se afirma em:

- (A) I, apenas;
- (B) II, apenas;
- (C) I e III, apenas;
- (D) II e III, apenas;
- (E) I, II e III.

**28**

A CVM, ao regulamentar o dever de verificação da adequação dos produtos, serviços e operações ao perfil do cliente (*suitability*) por parte das pessoas habilitadas a atuar como integrantes do sistema de distribuição e dos consultores de valores mobiliários, veda qualquer recomendação de produtos, realização de operações ou prestação de quaisquer serviços sem verificação de sua adequação ao perfil do cliente.

A verificação deve avaliar, cumulativamente, se: o produto, serviço ou operação é adequado aos objetivos de investimento do cliente; a situação financeira do cliente é compatível com o produto, serviço ou operação; o cliente possui o conhecimento necessário para compreender os riscos relacionados ao produto, serviço ou operação.

Em relação ao cumprimento da adequação do produto, serviço ou operação aos objetivos de investimento do cliente, deve(m)-se analisar:

- (A) as finalidades do investimento;
- (B) a necessidade futura de recursos declarada pelo cliente;
- (C) o valor e os ativos que compõem o patrimônio do cliente;
- (D) os tipos de produtos, serviços e operações com os quais o cliente tem familiaridade;
- (E) a natureza, o volume e a frequência das operações já realizadas pelo cliente no mercado de valores mobiliários.

**29**

Ao regulamentar a oferta pública de aquisição de ações de companhia aberta (OPA) na Resolução nº 85/2022, a CVM estabeleceu que ela pode ser realizada em uma das seguintes modalidades: I – para cancelamento de registro; II – por aumento de participação; III – por alienação de controle; IV – voluntária; V – para aquisição de controle de companhia aberta; e VI – concorrente.

Em todas elas, devem ser observados princípios, dentre os quais se inclui o seguinte:

- (A) a OPA deve ser intermediada exclusivamente por sociedade corretora ou instituição financeira com carteira de investimento;
- (B) a OPA torna-se imutável e irrevogável para a segurança jurídica dos destinatários e de outras partes envolvidas na operação, após a divulgação do edital;
- (C) as OPAs voluntárias, para aquisição de controle de companhia aberta e concorrente, quando envolverem permuta por valores mobiliários, estão dispensadas de registro prévio na CVM;
- (D) a OPA deve ser efetivada em leilão em ambiente de mercado organizado de valores mobiliários, salvo se for expressamente autorizada pela CVM a adoção de procedimento diverso;
- (E) a OPA deve ser dirigida indistintamente aos titulares de ações da mesma espécie e classe daquelas que sejam objeto da OPA, salvo autorização prévia da CVM, assegurado o direito de preferência entre os aceitantes de OPA parcial.

**30**

A constituição e o funcionamento de ambiente regulatório experimental (“sandbox regulatório”) dependem de admissão de participantes, que deve se iniciar por meio de comunicado ao mercado, divulgado na página da CVM na rede mundial de computadores.

Acerca das regras desse acesso, é correto afirmar que o comunicado ao mercado:

- (A) deve indicar os critérios de elegibilidade e o conteúdo exigido das propostas a serem apresentadas, assim como os critérios de seleção e priorização aplicáveis;
- (B) deve ser aprovado pelo Colegiado da CVM e indicar o número máximo de proponentes aptos para participar do ambiente regulatório experimental, limitado a cinco integrantes;
- (C) não pode ser suspenso pela CVM após sua publicação, por gerar expectativa de direito a quaisquer dos proponentes ou demais interessados no ambiente regulatório experimental;
- (D) deve indicar o cronograma de recebimento e análise de propostas, observado o prazo máximo de 180 dias para divulgação do resultado da análise pelo Comitê de Sandbox;
- (E) não precisa ser aprovado pelo Colegiado da CVM se as pessoas jurídicas participantes forem microempresas e empresas de pequeno porte que exerçam uma ou mais atividades regulamentadas definidas pela CVM.

**31**

Considerando-se a regulamentação da CVM para os fundos de investimento, verificado o patrimônio líquido negativo da classe de cotas, com limitação de responsabilidade dos cotistas ao valor por eles subscritos, é correto afirmar que:

- (A) o administrador deve, imediatamente, em relação à classe de cotas cujo patrimônio líquido está negativo, fechar para resgates e realizar amortização de cotas;
- (B) o administrador requererá à CVM que decrete a liquidação extrajudicial da classe de cotas se a assembleia de cotistas, convocada para deliberar sobre o plano de resolução do patrimônio líquido negativo, não for instalada por falta de quórum;
- (C) o gestor deve comparecer à assembleia de cotistas convocada para deliberar sobre o plano de resolução do patrimônio líquido negativo, e sua ausência impõe o adiamento da assembleia, diante de sua qualidade de responsável pela gestão da carteira de ativos;
- (D) a CVM pode pedir a declaração judicial de insolvência da classe de cotas quando identificar situação na qual seu patrimônio líquido negativo represente risco para o funcionamento eficiente do mercado de valores mobiliários ou para a integridade do sistema financeiro;
- (E) o administrador deve, em até 10 (dez) dias, elaborar plano de resolução do patrimônio líquido negativo, do qual conste proposta de cobri-lo mediante aporte de recursos, próprios ou de terceiros, em montante e prazo condizentes com as obrigações da classe, proibidas novas subscrições de cotas.

**32**

Em relação à prestação de serviços de custódia de valores mobiliários, nos termos da regulamentação da CVM (Resolução nº 32/2021), é correto afirmar que:

- (A) a autorização concedida será cancelada quando houver a concessão de recuperação judicial, decretação de liquidação extrajudicial, liquidação judicial ou dissolução do custodiante;
- (B) os serviços de custódia podem ser prestados para investidores, quando o custodiante for contratado para a guarda dos valores mobiliários de titularidade destes, e para emissores de valores mobiliários não escriturais;
- (C) a Resolução se aplica às posições detidas em mercados de derivativos e não se aplica às letras financeiras e a outros instrumentos que, em caso de distribuição pública, sejam sujeitos à competência da CVM;
- (D) a prestação de serviços de custódia de valores mobiliários pode ser autorizada para qualquer instituição financeira pública ou privada e para sociedades corretoras ou distribuidoras de títulos e valores mobiliários;
- (E) o pedido de autorização deve ser encaminhado à Superintendência de Relações com o Mercado e Intermediários, e a autorização deve ser automaticamente concedida se o pedido não for denegado dentro de 30 dias a contar de sua apresentação, mediante protocolo.

**33**

Em relação ao entendimento da CVM sobre as normas aplicáveis aos criptoativos que forem valores mobiliários, consolidado no Parecer de Orientação nº 40, aprovado pelo Colegiado da autarquia em 11 de outubro de 2022, analise as afirmativas a seguir.

- I. O conceito de valor mobiliário tem natureza instrumental e objetiva delimitar o regime mobiliário e, conseqüentemente, a competência da CVM. Dessa forma, nas hipóteses em que determinado criptoativo é valor mobiliário, os emissores e demais agentes envolvidos estão obrigados a cumprir as regras estabelecidas para o mercado de valores mobiliários e poderão estar sujeitos à regulação da CVM.
- II. Ainda que os criptoativos não estejam expressamente incluídos entre os valores mobiliários citados nos incisos do Art. 2º da Lei nº 6.385/1976, os agentes de mercado devem analisar as características de cada criptoativo com o objetivo de determinar se é valor mobiliário, o que ocorre quando (i) o criptoativo é a representação digital de algum dos valores mobiliários previstos taxativamente nos incisos I a VIII do Art. 2º da Lei nº 6.385/1976 e/ou previstos na Lei nº 14.430/2022; ou (ii) o criptoativo se enquadra no conceito aberto de valor mobiliário do inciso IX do Art. 2º da Lei nº 6.385/1976, na medida em que seja contrato de investimento coletivo.
- III. No que diz respeito aos criptoativos que se enquadram nos requisitos previstos no inciso IX do Art. 2º da Lei nº 6.385/1976, a caracterização de determinado ativo como um contrato de investimento coletivo não depende de manifestação prévia da CVM. Por conseqüente, os contratos de investimento coletivo, ainda que invistam ou que assumam exposição em criptoativos que não sejam valores mobiliários, são valores mobiliários.

Está correto o que se afirma em:

- (A) I, apenas;
- (B) II, apenas;
- (C) I e III, apenas;
- (D) II e III, apenas;
- (E) I, II e III.

**34**

Consoante as normas da CVM para obtenção de registro e regimes de prestação de informações por emissores estrangeiros, é correto afirmar que:

- (A) o representante legal dos emissores estrangeiros é equiparado ao diretor de relações com investidores para todos os fins previstos na legislação e regulamentação do mercado de valores mobiliários;
- (B) a Superintendência de Relações com Empresas (SEP) deve suspender o registro de emissor de valores mobiliários estrangeiro caso ele descumpra, por período superior a seis meses, suas obrigações periódicas;
- (C) os emissores estrangeiros devem entregar as demonstrações financeiras à CVM na data em que forem colocadas à disposição do público, observado o limite máximo de três meses do encerramento do exercício social;
- (D) estão automaticamente dispensados do registro de emissor de valores mobiliários os emissores estrangeiros cujos valores mobiliários sejam lastro para programas de certificados de depósito de valores mobiliários – BDR Nível I, desde que sejam não patrocinados;
- (E) as demonstrações financeiras de emissores estrangeiros devem ser elaboradas em português, em moeda corrente nacional, de acordo com a Lei nº 6.404, de 1976, e com as normas da CVM, e devem ser auditadas por auditor independente registrado na CVM, tal qual os emissores nacionais.

**35**

A Comissão de Valores Mobiliários, após análise de conveniência e oportunidade, decidiu suspender, antes da tomada da decisão de primeira instância, o procedimento administrativo destinado à apuração de infração praticada por administrador de fundo de investimento, propondo ao investigado assinar termo de compromisso.

Considerada essa situação hipotética, de acordo com a Lei nº 6.385/1976, é correto afirmar que:

- (A) o termo de compromisso deve ser homologado em juízo a fim de constituir título executivo judicial em favor da CVM para a execução forçada de suas obrigações em face do signatário;
- (B) o termo de compromisso deverá ser publicado no Diário Oficial eletrônico da União, após sua assinatura com discriminação do prazo para cumprimento das obrigações eventualmente assumidas;
- (C) o termo de compromisso importa confissão quanto à matéria de fato e o reconhecimento de ilicitude da conduta analisada, tendo como efeito a impossibilidade de aplicação de sanção pela CVM que não seja a de multa;
- (D) a CVM dará continuidade ao procedimento administrativo para a aplicação das penalidades cabíveis se o investigado assinar o termo de compromisso e não cumprir as obrigações nele fixadas no prazo;
- (E) o investigado, se assinar termo de compromisso, obriga-se a cessar a prática de atividades ou atos considerados ilícitos pela Comissão de Valores Mobiliários e a corrigir as irregularidades apontadas; porém, não indenizará os prejuízos, haja vista que tal conduta depende de decisão judicial condenatória.

**36**

Uma das competências da Comissão de Valores Mobiliários é regulamentar, com observância da política definida pelo Conselho Monetário Nacional, as matérias expressamente previstas na lei de sociedades por ações.

Cabem à CVM as seguintes atribuições, EXCETO:

- (A) classificar as companhias abertas em categorias, segundo as espécies e classes dos valores mobiliários por ela emitidos negociados no mercado, e especificar as normas sobre companhias abertas aplicáveis a cada categoria;
- (B) estabelecer os limites máximos que a instituição depositária pode cobrar do acionista como custo do serviço de transferência da propriedade das ações escriturais;
- (C) disciplinar o desmembramento das debêntures, do seu valor nominal, dos juros e dos demais direitos conferidos aos titulares;
- (D) autorizar a redução do quórum qualificado para companhia aberta com a propriedade das ações dispersa no mercado e cujas três últimas assembleias tenham sido realizadas com a presença de acionistas que representem menos da metade do total de votos conferidos pelas ações com direito a voto;
- (E) autorizar transações com partes relacionadas, a alienação ou a contribuição de ativos de companhias abertas para outra companhia, caso o valor da operação corresponda a mais de 50% (cinquenta por cento) do valor dos ativos totais da companhia constantes do último balanço aprovado.

**37**

O sistema de pagamentos brasileiro (SPB) compreende as entidades, os sistemas e os procedimentos relacionados com a transferência de fundos e de outros ativos financeiros, ou com o processamento, a compensação e a liquidação de pagamentos em qualquer de suas formas.

Em relação à atuação das câmaras e dos prestadores de serviços de compensação e de liquidação, no âmbito do SPB, é correto afirmar que:

- (A) o sistema de compensação e de liquidação de operações com títulos e valores mobiliários integra o SPB, sendo a Comissão de Valores Mobiliários competente para conceder autorização às câmaras ou prestadores de serviços de compensação e de liquidação;
- (B) sendo aplicada penalidade, pelo Banco Central do Brasil ou pela Comissão de Valores Mobiliários, às câmaras e aos prestadores de serviços de compensação e de liquidação pela infração às normas legais e regulamentares que regem o SPB, caberá recurso, no prazo de 30 (trinta) dias, sem efeito suspensivo, ao Conselho Monetário Nacional;
- (C) as câmaras e os prestadores de serviços de compensação e de liquidação respondem, independentemente de culpa, pelo adimplemento das obrigações originárias do emissor, de resgatar o principal e os acessórios de seus títulos e valores mobiliários, devendo contar com mecanismos e salvaguardas para assegurar a certeza da liquidação das operações neles compensadas e liquidadas;
- (D) as câmaras e os prestadores de serviços de compensação e de liquidação deverão, obedecida a regulamentação baixada pela Comissão de Valores Mobiliários, separar patrimônio especial, formado por bens e direitos necessários a garantir exclusivamente o cumprimento das obrigações existentes em cada um dos sistemas que estiverem operando;
- (E) a insolvência civil, intervenção, falência ou liquidação extrajudicial, a que seja submetido qualquer participante do SPB, não afetarão o adimplemento de suas obrigações, assumidas no âmbito das câmaras ou prestadores de serviços de compensação e de liquidação, que serão ultimadas e liquidadas na forma prevista nas leis especiais que tratam de cada um dos regimes concursais.

**38**

Os emissores de valores mobiliários admitidos à negociação em mercados regulamentados de valores mobiliários estão obrigados a enviar à CVM informações periódicas, dentre as quais se inclui o formulário de referência. O formulário de referência é documento eletrônico cujo conteúdo deve conter as informações exigidas pela CVM; porém, algumas delas são facultativas para os emissores de valores mobiliários registrados na categoria B.

Em relação a informações ambientais, sociais e de governança corporativa (ASG) no formulário de referência, o emissor registrado na categoria B NÃO é obrigado a indicar:

- (A) se ele divulga informações ASG em relatório anual ou outro documento específico para essa finalidade;
- (B) se o relatório ou documento produzido considera a divulgação de uma matriz de materialidade e indicadores-chave de desempenho ASG, e quais são os indicadores materiais para o emissor;
- (C) a explicação sobre a não divulgação de informações ASG; a não adoção de matriz de materialidade; a não adoção de indicadores-chave de desempenho ASG; e a não realização de auditoria ou revisão sobre as informações ASG divulgadas;
- (D) canais instituídos para que questões críticas relacionadas a temas e práticas ASG e de conformidade cheguem ao conhecimento do conselho de administração;
- (E) os principais elementos do plano de negócios, explorando especificamente as oportunidades inseridas relacionadas a questões ASG.

**39**

Em 2021, o Colegiado da CVM aprovou Resolução que dispõe sobre a prevenção à lavagem de dinheiro, ao financiamento do terrorismo e ao financiamento da proliferação de armas de destruição em massa – PLD/FTP – no âmbito do mercado de valores mobiliários.

Em relação aos aspectos (i) âmbito da Resolução, (ii) obrigações das pessoas jurídicas e (iii) obrigações dos órgãos da alta administração, é correto afirmar que:

- (A) os órgãos da alta administração, conforme especificado na política de PLD/FTP, são responsáveis pela aprovação e adequação da respectiva política, da avaliação interna de risco, assim como das regras, dos procedimentos e dos controles internos;
- (B) as pessoas jurídicas sujeitas às obrigações previstas na Resolução devem indicar um diretor estatutário, responsável pela implementação e manutenção da respectiva política de PLD/FTP, e sua nomeação ou substituição deve ser informada à CVM no prazo de cinco dias úteis, contados da sua nomeação ou substituição;
- (C) as pessoas jurídicas sujeitas às obrigações previstas na Resolução devem elaborar e implementar política de PLD/FTP, documentada, aprovada pelo órgão deliberativo máximo da pessoa jurídica e mantida atualizada, de prevenção à lavagem de dinheiro, ao financiamento do terrorismo e ao financiamento da proliferação de armas de destruição em massa;
- (D) a Resolução disciplina a efetivação, no âmbito do mercado de valores mobiliários, das medidas visando à indisponibilidade de bens, direitos e valores em decorrência de resoluções do Conselho de Segurança das Nações Unidas e de demandas de cooperação jurídica internacional advindas de outras jurisdições, em conformidade com os tratados e atos internacionais vigentes;
- (E) as pessoas jurídicas sujeitas às obrigações previstas na Resolução devem comunicar, no prazo de 24 horas da conclusão da análise que caracterizou a atipicidade da operação, à Receita Federal do Brasil todas as situações e operações detectadas que possam constituir-se em sérios indícios de lavagem de dinheiro e financiamento do terrorismo ou da proliferação de armas de destruição em massa.

**40**

Os títulos de securitização podem ser emitidos pelas securitizadoras em classe única ou em classes sênior e subordinadas.

Acerca das características das classes sênior e subordinada e da possibilidade de criação de subclasses, analise as afirmativas a seguir.

- I. Os títulos de classe sênior são aqueles que não se subordinam às demais classes para efeito de amortização e resgate; e os de classe subordinada se subordinam à classe sênior para os mesmos efeitos.
- II. Os títulos da classe sênior podem se dividir em subclasses, com diferentes níveis entre si, sendo a subclasse denominada “sênior júnior” aquela que não tem remuneração diferenciada, e as denominadas “sênior mezanino” as que possuem tal vantagem.
- III. Os títulos da classe subordinada não podem se dividir em subclasses, admitindo-se sua divisão em séries exclusivamente com o fim de se estabelecer, para cada série, prazos distintos de amortização e resgate.

É correto o que se afirma em:

- (A) I, apenas;
- (B) II, apenas;
- (C) I e III, apenas;
- (D) II e III, apenas;
- (E) I, II e III.

## Auditoria

**41**

Tendo em vista o objetivo do uso da amostragem em auditoria, que é o de proporcionar uma base razoável para o auditor chegar a uma conclusão quanto à população da qual a amostra é selecionada, analise os fatores a seguir.

- I. Incremento na distorção tolerável.
- II. Incremento no nível de segurança desejado pelo auditor de que uma distorção tolerável não é excedida pela distorção real na população.
- III. Incremento no risco de distorção relevante.
- IV. Maior uso de outros procedimentos de auditoria direcionados à mesma afirmação.

Os efeitos de cada um desses quatro fatores, no tamanho da amostra selecionada para a realização de um teste substantivo direcionado a uma afirmação das demonstrações financeiras, são, respectivamente:

- (A) aumento; aumento; aumento; diminuição;
- (B) aumento; aumento; aumento; aumento;
- (C) diminuição; aumento; aumento; sem efeito;
- (D) diminuição; diminuição; aumento; sem efeito;
- (E) diminuição; aumento; aumento; diminuição.

**42**

Com relação aos requerimentos de revisão interna, por parte das firmas de auditoria, da qualidade dos trabalhos, é correto afirmar que:

- (A) o revisor de qualidade do trabalho pode ser membro da equipe de trabalho;
- (B) uma firma de auditoria de menor porte ou de um único profissional pode contratar ou obter serviços de indivíduos externos à firma para realizar a revisão de qualidade do trabalho;
- (C) o sócio do trabalho de um ano pode assumir o papel de revisor de qualidade do trabalho no ano seguinte se já não for mais sócio do trabalho;
- (D) o revisor de qualidade de um trabalho não pode contar com o auxílio de outros profissionais da firma de auditoria (assistentes);
- (E) a revisão de qualidade pode ser informal, não sendo requerida documentação específica desse mecanismo de controle de qualidade interno às firmas de auditoria.

**43**

No tocante ao mecanismo de revisão externa de qualidade estipulado pelas normas brasileiras de contabilidade, é correto afirmar que:

- (A) trata-se de mecanismo também conhecido como “revisão pelos pares”, em que dois auditores independentes (firmas ou pessoas físicas) revisam-se reciprocamente;
- (B) é realizada por entidade governamental da administração direta federal;
- (C) o processo de revisão externa de qualidade não requer a emissão de relatório por escrito;
- (D) o revisor e os demais membros da sua equipe devem ter independência em relação ao revisado e aos clientes selecionados;
- (E) um auditor pode atuar como revisor externo de outro auditor mesmo quando o revisor, na condição de revisado, tiver recebido um relatório de revisão de sistema de qualidade inadequado.

**44**

Analise as situações a seguir.

- I. A entidade que reporta atua em um setor altamente volátil.
- II. O sistema de senhas do sistema informatizado da contabilidade é ineficaz porque todos conhecem a senha uns dos outros dentro da empresa auditada.
- III. Vendas de alto valor na entidade que reporta podem ser feitas a novos clientes sem a determinação de um limite de crédito, ou a clientes existentes em montantes acima de seus limites de crédito.
- IV. A amostra escolhida pelo auditor para testar um saldo contábil não é representativa da população.

Os tipos de risco de auditoria a que se refere cada uma das quatro situações são, respectivamente:

- (A) risco de detecção; risco de controle; risco inerente; risco de controle;
- (B) risco de controle; risco inerente; risco inerente; risco de controle;
- (C) risco inerente; risco de detecção; risco de controle; risco inerente;
- (D) risco inerente; risco de controle; risco de controle; risco de detecção;
- (E) risco de controle; risco de controle; risco de detecção; risco de controle.

**45**

Segundo as normas brasileiras de contabilidade aplicáveis aos trabalhos de asseguarção, considera-se um risco de auditoria:

- (A) o risco de que os procedimentos de auditoria não consigam detectar uma fraude significativa;
- (B) o risco de que o auditor expresse uma opinião de auditoria inadequada quando as demonstrações financeiras contiverem distorção relevante;
- (C) o risco derivado do eventual não cumprimento das leis e regulamentos aplicáveis à atividade da entidade que reporta;
- (D) o risco de que o auditor venha a ser influenciado pela administração de sorte a enviesar seu julgamento;
- (E) o risco de ineficácia dos controles internos da entidade que reporta.

**46**

Em 24 de novembro de 2021, a XXX Auditores Independentes SS Ltda. emitiu relatório do auditor independente relativo às demonstrações financeiras da YYY S.A. encerradas em 31/12/2020. O relatório continha o seguinte parágrafo (entre outros):

“Não expressamos opinião sobre as demonstrações contábeis, individuais e consolidadas, acima referidas da YYY S.A. pois, devido à relevância dos assuntos descritos na seção a seguir intitulada ‘Base para abstenção de opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas’, não nos foi possível obter evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião de auditoria sobre essas demonstrações contábeis individuais e consolidadas.”

Com base exclusivamente no trecho acima, extraído do relatório do auditor independente referido, é correto afirmar que:

- (A) o auditor expressou uma opinião adversa;
- (B) o auditor expressou uma opinião com ressalva;
- (C) o auditor concluiu que os possíveis efeitos de distorções não detectadas sobre as demonstrações financeiras são relevantes, mas não generalizados;
- (D) a abstenção de opinião expressa reflete o julgamento do auditor de que os possíveis efeitos de distorções não detectadas sobre as demonstrações financeiras são relevantes e generalizados;
- (E) exceto pelos assuntos mencionados na “Base para abstenção de opinião sobre demonstrações contábeis individuais e consolidadas”, a opinião do auditor sobre os demais elementos das demonstrações financeiras não conteve modificação.

**47**

Suponha que o auditor das demonstrações financeiras de uma empresa que se dedica à prospecção, refino e comercialização de petróleo tenha emitido seu relatório do auditor independente contendo um principal assunto de auditoria (PAA), dentre outros reportados, relativo à avaliação da estimativa de provisão para desmantelamento de área.

Sabe-se que, como parte das suas operações, essa empresa petrolífera incorre em custos com obrigações para restaurar e reabilitar o meio ambiente quando do abandono de áreas. A estimativa da empresa para a provisão de desmantelamento de áreas inclui premissas relacionadas com a extensão da obrigação assumida para o reparo ambiental, incluindo estimativas dos critérios a serem atendidos quando do momento da efetiva remoção e restauração, os prazos e os custos estimados de abandono.

Tomando como base exclusivamente as informações acima, é correto afirmar, em relação ao relatório do auditor independente dessa empresa petrolífera, que:

- (A) o auditor comunicou o assunto da provisão de desmantelamento como um PAA, pois emitiu uma opinião modificada em decorrência desse assunto;
- (B) o assunto foi incluído como PAA, pois, apesar de ter sido apropriadamente apresentado e divulgado nas demonstrações financeiras, no julgamento do auditor, o assunto é de tal importância que é fundamental para o entendimento pelos usuários das demonstrações;
- (C) o assunto incluído como PAA se refere a um assunto não apresentado ou não divulgado nas demonstrações financeiras e que, de acordo com o julgamento do auditor, é relevante para os usuários entenderem as responsabilidades do auditor e o seu relatório;
- (D) o auditor deve fornecer indicação do resultado dos seus procedimentos na descrição do PAA do seu relatório, o que, na prática, é uma opinião separada sobre aquele assunto tratado no PAA;
- (E) o assunto representou uma área de atenção significativa para o auditor por envolver julgamento significativo da administração, o que afetou a estratégia geral da auditoria, a alocação de recursos e a extensão do esforço de auditoria.

**48**

Suponha que o auditor das demonstrações financeiras de uma determinada empresa fabricante de produtos alimentícios tenha identificado um risco de distorção relevante decorrente de fraude no reconhecimento de receitas, devido à existência de pressões e incentivos para o atingimento de metas de resultado. O procedimento de auditoria que melhor trata esse risco de auditoria consiste em:

- (A) comparar índices-chave de estoques para o padrão do setor de atividade;
- (B) executar uma revisão detalhada dos lançamentos manuais de despesas no fim de exercício e investigar qualquer um que pareça não usual ou não recorrente quanto à natureza ou valor;
- (C) usar um especialista para desenvolver estimativa independente sobre o valor recuperável de ativos para comparação com a estimativa da administração;
- (D) observar contagens físicas de estoque em certas localidades sem anúncio prévio ou conduzir contagens físicas de estoque em todos os locais na mesma data;
- (E) confirmar junto aos clientes os termos contratuais relevantes, incluindo, por exemplo, base para descontos, termos de entrega e pagamento, direitos de devolução e previsões para cancelamento ou reembolso.

**49**

Suponha que uma firma de auditoria tenha as seguintes situações no contexto da realização da auditoria independente de demonstrações financeiras de um determinado cliente que recentemente realizou uma oferta pública de ações na bolsa de valores:

- I. há membros da firma de auditoria que adquiriram valores mobiliários (ações) desse cliente;
- II. tanto a firma de auditoria como os membros da equipe de auditoria têm longa associação com esse cliente de auditoria;
- III. a firma de auditoria possui uma área de consultoria para a aplicação de normas contábeis complexas que presta serviços para esse cliente na estruturação de julgamentos e estimativas relevantes no contexto de suas demonstrações financeiras;
- IV. no processo de oferta pública das ações do cliente, a firma de auditoria promoveu ativamente as ações ofertadas, recomendando-as para compra pelos potenciais investidores.

Nesse contexto, as categorias de ameaça à independência do auditor independente que melhor se aplicam a cada situação acima descrita são, respectivamente:

- (A) (I) interesse próprio; (II) familiaridade; (III) autorrevisão; (IV) defesa do interesse do cliente;
- (B) (I) defesa do interesse do cliente; (II) intimidação; (III) familiaridade; (IV) interesse próprio;
- (C) (I) interesse próprio; (II) interesse próprio; (III) familiaridade; (IV) defesa do interesse do cliente;
- (D) (I) defesa do interesse do cliente; (II) familiaridade; (III) autorrevisão; (IV) interesse próprio;
- (E) (I) familiaridade; (II) interesse próprio; (III) interesse próprio; (IV) defesa do interesse do cliente.

50

Suponha que, como resultado dos procedimentos de auditoria no contexto da assegução das demonstrações financeiras, encerradas em 31 de dezembro de 2023, de uma grande companhia industrial (companhia XXX), o auditor independente tenha identificado que, durante o exercício de 2023, a Suprema Corte proferiu decisão favorável aos contribuintes que discutem judicialmente a base de cálculo de um determinado tributo, como é o caso da XXX. Em exercício anterior à decisão da corte suprema, estimava-se que havia um risco provável de que a XXX tivesse que pagar os tributos em discussão judicial e, conseqüentemente, uma provisão foi constituída anteriormente, no montante de R\$ 50 milhões. Entretanto, como resultado desse julgamento na corte suprema, o auditor independente concluiu que não é mais provável que a XXX tenha que pagar os tributos em discussão judicial e, por conseqüência, a provisão constituída deveria ser revertida, e o efeito da reversão deveria ser reconhecido no resultado do exercício de 2023. A companhia XXX, por sua vez, optou por não reverter a provisão, por entender que ainda remanesciam incertezas relativas à decisão da corte suprema e que não que seria possível chegar a uma conclusão acerca da existência do direito do contribuinte.

Sabe-se que as demonstrações financeiras da companhia XXX, encerradas em 31/12/23 e preparadas sob a responsabilidade de seus administradores, apresentam: (a) patrimônio líquido de R\$ 500 milhões; (b) ativos totais de R\$ 600 milhões; (c) receitas de vendas e lucro líquido antes dos impostos para o exercício findo em 31/12/2023 de R\$ 550 milhões e R\$ 100 milhões, respectivamente.

Nesse contexto, à luz das normas de auditoria, no que se refere ao tratamento desse assunto no relatório do auditor independente a ser emitido sobre as demonstrações financeiras encerradas em 31 de dezembro de 2023, é correto afirmar que:

- (A) o relatório deveria conter um principal assunto de auditoria (PAA) sobre o tema, sem, contudo, modificar a opinião acerca do tema;
- (B) o relatório deveria conter uma opinião com ressalva, por se tratar de uma distorção material e generalizada;
- (C) o relatório deveria conter uma opinião com ressalva, por se tratar de uma distorção material e não generalizada;
- (D) o relatório deveria conter uma opinião adversa, por se tratar, no julgamento do auditor, de uma distorção material e generalizada;
- (E) o relatório não deveria conter nem uma modificação da opinião nem um principal assunto de auditoria (PAA) relativamente a esse tema.

51

Suponha que o auditor independente da companhia industrial XYZ tenha concluído o planejamento da auditoria e a etapa que teve como propósito identificar e avaliar os riscos de distorção relevante, que servirá de subsídio para a implementação das respostas aos riscos avaliados de distorção relevante. Nesse contexto, sabe-se que o auditor independente identificou que:

- I. em função do grande número de produtos industrializados pela XYZ, o processo de custeio desses produtos é complexo e requer grande número de parâmetros e intervenções manuais;
- II. são feitas diversas transferências de informações de sistemas dedicados (folha de pagamentos e patrimônio) para o sistema de custeio de produtos, onde é feita a alocação no custo dos produtos acabados das despesas de salários, encargos e depreciação de imobilizado fabril, não havendo conferência da integridade e adequação dessas despesas transferidas para os estoques; e
- III. os parâmetros e cálculos do processo de custeio dos produtos acabados são verificados por profissional da contabilidade societária que não se envolve na rotina de custeio; esse profissional é responsável pelo registro contábil do valor dos estoques e do custo dos produtos vendidos no livro razão geral; durante 8 meses, esse profissional esteve ausente da empresa e suas funções foram acumuladas na mesma pessoa responsável pelo processamento do custeio.

Nesse contexto, no tocante à avaliação de riscos de distorção relevante e das respostas aos riscos avaliados, é correto afirmar que:

- (A) o auditor deve realizar testes do controle de verificação independente realizado pela área de contabilidade societária sobre os parâmetro e cálculos do processo de custeio;
- (B) a observação descrita no item I configura-se como risco de controle, o qual, conseqüentemente, só poderá ser tratado pelo auditor independente por meio de testes substantivos;
- (C) a observação descrita no item II configura-se como risco inerente, de modo que poderá ser tratado pelo auditor independente por meio de testes de controle;
- (D) as observações descritas nos itens II e III indicam riscos de controle para os quais o auditor deverá planejar respostas, particularmente por meio de testes substantivos, que permitam que o risco de detecção seja reduzido;
- (E) as observações descritas nos itens I, II e III indicam riscos de detecção.

**52**

Suponha que um auditor independente esteja avaliando o risco de distorção relevante causado por fraude no processo de auditoria das demonstrações financeiras de uma companhia de tecnologia listada recentemente no mercado acionário por meio de uma oferta pública de ações inicial (IPO).

O fator de risco mais relevante nessa avaliação está corretamente descrito em:

- (A) parte significativa da remuneração dos administradores é contingente ao cumprimento de metas agressivas embasadas no preço das ações e nos resultados operacionais;
- (B) a companhia implementou recentemente novo sistema integrado (ERP) e reestruturou seus processos internos como consequência desse novo sistema;
- (C) a área de auditoria interna foi criada recentemente e se reporta ao comitê de auditoria;
- (D) o comitê de auditoria é composto por cinco membros, dentre os quais um é considerado especialista financeiro;
- (E) o processo de decisões executivas da companhia ocorre de forma colegiada, dentro dos limites estatutários, que, quando excedidos, requerem que as decisões sejam previamente avaliadas pelo conselho de administração.

**53**

Considere as quatro salvaguardas a seguir, que podem ser implementadas por auditores independentes no contexto de ameaças aos princípios fundamentais de ética.

- I. Utilização de revisor apropriado que não era membro da equipe para revisão do trabalho realizado.
- II. Rotação periódica de membros-chave da equipe de auditoria.
- III. Restrição a empregados e sócios da firma de auditoria à aquisição ou manutenção de valores mobiliários, empréstimos ou quaisquer outros interesses financeiros pessoais na empresa auditada.
- IV. Comunicação periódica com o comitê de auditoria, sem a presença da diretoria executiva, para relatar o andamento dos trabalhos e eventuais dificuldades na realização dos testes de auditoria.

Essas quatro salvaguardas propiciam proteção contra as seguintes ameaças, respectivamente:

- (A) intimidação; autorrevisão; familiaridade; interesse próprio;
- (B) autorrevisão; interesse próprio; familiaridade; intimidação;
- (C) autorrevisão; interesse próprio; defesa do interesse do cliente; intimidação;
- (D) autorrevisão; familiaridade; interesse próprio; intimidação;
- (E) defesa do interesse do cliente; interesse próprio; interesses próprios; autorrevisão.

**54**

Suponha que uma firma de auditoria já tenha emitido seu relatório do auditor independente no qual expressou uma opinião não modificada. No curso da auditoria, essa firma identificou deficiências em diversos controles internos desenhados para prevenir ou detectar distorções nas demonstrações financeiras e corrigi-las tempestivamente. Nesse contexto, em consonância com as normas brasileiras de contabilidade para trabalhos de asseguarção, é correto afirmar que:

- (A) o auditor deve comunicar tempestivamente e por escrito todas as deficiências de controle interno, identificadas durante a auditoria, aos responsáveis pela governança;
- (B) uma deficiência de controle para a qual o auditor não tenha identificado distorções durante a auditoria não é uma deficiência significativa;
- (C) a comunicação por escrito do auditor sobre deficiências significativas não faz parte do arquivo de auditoria final;
- (D) a comunicação de outras deficiências não significativas de controle interno que merecem a atenção da administração não precisa ser por escrito, podendo ser verbal;
- (E) o auditor não pode comunicar verbalmente quaisquer deficiências significativas de controle interno à administração e aos responsáveis pela governança sem que as tenha antes comunicado formalmente por escrito.

**55**

Suponha que uma firma de auditoria tenha sido contratada para realizar a revisão das demonstrações financeiras intermediárias trimestrais preparadas por uma determinada companhia e também para emitir relatório do auditor independente no qual expresse uma opinião sobre as demonstrações financeiras anuais dessa companhia.

No contexto dos trabalhos de asseguarção fornecidos por esse auditor independente, é correto afirmar que:

- (A) representações formais da administração da companhia não são necessárias em trabalhos de asseguarção limitada;
- (B) a revisão de demonstrações intermediárias requer a obtenção de informações dos advogados que estão patrocinando litígios ou reclamações;
- (C) o risco de auditoria em trabalhos de asseguarção razoável deve ser reduzido a um nível aceitavelmente baixo, patamar que é inferior ao risco de auditoria aceitável em revisões;
- (D) os procedimentos para a execução da revisão de informações intermediárias geralmente incluem testes dos registros contábeis por meio de inspeção, observação e/ou confirmação;
- (E) em função da natureza limitada das revisões, não são aplicáveis modificações como ressalvas ou conclusões adversas, como podem ocorrer nos relatórios em que se fornece asseguarção razoável.

## Economia e Finanças

56

A teoria do consumidor estuda como um agente racional realiza suas decisões de consumo.

Em relação a esse tema, é correto afirmar que:

- (A) a lei de demanda compensada, ao tratar dos denominados bens de Giffen, afirma que a curva de demanda hicksiana é positivamente inclinada;
- (B) no contexto da escolha sob incerteza, um agente averso ao risco, ao decidir entre duas loterias arriscadas, irá escolher aquela com menor risco;
- (C) segundo a equação de Slutsky, quando o bem é normal, o consumo diminui após um aumento de preço, mesmo que a renda do agente dependa da dotação inicial dos bens;
- (D) a variação compensatória é a mudança requerida na renda do agente de modo a manter sua função de utilidade indireta constante, em resposta a uma variação do preço de um bem;
- (E) para um agente que consome apenas dois bens, gastando exatamente metade de sua renda total no consumo de cada bem, se um bem é normal de luxo, com elasticidade-renda igual a 1,5, o outro bem será um bem inferior.

57

Considere um mercado onde há a presença de externalidades negativas provocadas pela emissão de poluição pelas fábricas pertencentes a esse mercado.

A política pública mais eficaz para corrigir essa falha de mercado é a (o):

- (A) fornecimento de subsídios às empresas do setor, incentivando a produção e o crescimento econômico, e, conseqüentemente, o incremento do bem-estar;
- (B) eliminação de regulamentações, permitindo que as forças de mercado resolvam o problema da poluição por meio da inovação e da competição como incentivos à redução das emissões;
- (C) adoção da política de preços mínimos para os produtos das empresas, fomentando o aumento dos lucros e encorajando a adoção de tecnologias mais limpas;
- (D) introdução de cotas de produção que limitam diretamente a quantidade de poluição e fazem com que, dessa forma, as empresas levem em conta o custo para a sociedade;
- (E) imposição de um imposto pigouviano, equivalente ao custo marginal externo da poluição, de forma que as empresas sejam compelidas a internalizar os custos de suas externalidades.

58

Suponha um monopolista produtor de um bem que pode potencialmente ser vendido em dois mercados com demandas inversas dadas, respectivamente, por

$$p_1 = 28 - q_1 \text{ e } p_2 = 16 - 0,5q_2.$$

A produção total tem custo

$$C(q) = 10 + 8q, \text{ onde } q = q_1 + q_2.$$

Nesse caso, é correto afirmar que:

- (A) quando o monopolista adota uma política de preço único, o excedente do consumidor no mercado 1 será 87;
- (B) caso o monopolista não consiga discriminar os mercados, há um ganho de bem-estar para a sociedade igual a 15;
- (C) caso o monopolista consiga discriminar os mercados, as quantidades vendidas em cada mercado serão, respectivamente, iguais a 8 e 6 unidades;
- (D) quando o monopolista, nesse caso, realiza discriminação de preços de segundo grau, o mercado menor tem oferta nula;
- (E) caso o monopolista não consiga realizar a discriminação de preços de terceiro grau, o mercado 2 deixa de existir, causando uma perda de bem-estar total igual a 150.

59

Com relação às explicações das diferentes teorias do ciclo de negócios sobre as causas e características das flutuações econômicas ao longo do tempo, a teoria dos ciclos reais de negócios (RBC) argumenta que:

- (A) as flutuações econômicas são o resultado natural de choques tecnológicos nos mercados competitivos com preços e salários totalmente flexíveis;
- (B) a função demanda agregada e o papel das políticas governamentais (fiscal e monetária) são relevantes para a estabilização da economia;
- (C) as expectativas homogêneas e o comportamento dos agentes econômicos são os determinantes fundamentais das flutuações econômicas;
- (D) as flutuações na quantidade de dinheiro em circulação são a principal causa das variações no nível geral de preços e na atividade econômica;
- (E) os ciclos de negócios são resultado da evolução do sistema financeiro e tendem a se tornar mais voláteis devido ao aumento da alavancagem financeira.

60

A empresa ABC S.A. planeja uma reestruturação de capital para financiar um projeto inovador relacionado à emissão de carbono. Atualmente, a empresa tem um capital próprio de R\$ 400 milhões e dívida de longo prazo de R\$ 100 milhões, com um custo da dívida antes dos impostos de 6%. A taxa livre de risco é de 4%, o retorno esperado do mercado é de 10%, e o beta do ativo (asset beta) igual a 0,9. A alíquota de imposto de renda corporativo é de 25%. O lucro operacional líquido após os impostos (NOPAT) esperado para o próximo ano, sem o projeto, é de R\$80 milhões, e o capital total investido na empresa é de R\$500 milhões. O custo estimado do projeto é de R\$ 150 milhões, e a empresa ABC S.A planeja financiar essa quantia integralmente por meio da emissão de dívida adicional a uma taxa de custo de dívida de 5%, graças à percepção positiva do mercado quanto à sua sustentabilidade.

Prevê-se que, com a adoção desse projeto, haja redução de custos de energia em R\$ 10 milhões anuais (antes dos impostos), geração de R\$ 5 milhões anuais em vendas de créditos de carbono (antes dos impostos), e a percepção de redução do risco operacional refletido em um beta do ativo igual a 0,8.

Com base somente nas informações fornecidas, após a adoção do projeto, é correto afirmar que:

- (A) o beta alavancado será de 1,25;
- (B) o custo médio ponderado de capital (WACC) será de 8%;
- (C) o valor econômico adicionado (EVA) é inferior a R\$ 40 milhões;
- (D) a potencial percepção da empresa sobre a redução de seu risco operacional é equivocada, pois a alavancagem aumenta o beta da empresa;
- (E) a afirmação de que há criação de valor adicional não é possível, pois o incremento na eficiência operacional e a redução do custo de capital não superam o aumento da alavancagem financeira.

61

Uma empresa está avaliando sua estrutura de capital e estratégias para maximizar o valor para os acionistas. Considerando os ciclos de mercado e as condições internas da empresa, ela tem a opção de emitir dívida, emitir novas ações ou utilizar lucros retidos para financiar um novo projeto de expansão.

Com base nas teorias de estrutura de capital, a estratégia mais consistente com a maximização do valor do acionista, considerando uma perspectiva de longo prazo, é:

- (A) priorizar o uso de lucros retidos, de acordo com a teoria de *pecking order*, evitando o custo de emissão de novas ações ou dívida e a assimetria informacional, e ajustando a estratégia com base nas condições internas e de mercado;
- (B) aumentar a dívida independentemente das condições de mercado e das taxas de juros, pois, segundo a teoria do *trade-off*, a dedutibilidade fiscal dos juros maximiza o valor do acionista, sem provocar risco de insolvência e custos de agência;
- (C) emitir novas ações durante um mercado *bullish*, apesar dos potenciais custos de agência e sinalização negativa, assumindo que não há risco de a capitalização sobre as avaliações elevadas não compensar esses custos a longo prazo;
- (D) seguir uma abordagem inflexível de nunca emitir dívida ou ações, independentemente das condições de mercado, para evitar um potencial impacto negativo na percepção dos investidores sobre a empresa;
- (E) adotar uma política de dividendos agressiva, distribuindo a maior parte dos lucros aos acionistas, independentemente das necessidades de financiamento do novo projeto, para aumentar o preço das ações no curto prazo.

62

Diante dos conceitos e evidências obtidos por intermédio do estudo da hipótese de eficiência de mercados (EMH) e de finanças comportamentais, é correto afirmar que:

- (A) os investidores que buscam ativamente informações relevantes que desafiam suas crenças iniciais tentam desse modo prevenir o viés da dotação (*endowment bias*);
- (B) a baixa diversificação de uma carteira de ações é considerada uma potencial consequência da presença conjunta do viés da ilusão do controle (*illusion of control bias*) e do viés da confirmação (*confirmation bias*);
- (C) o viés doméstico (*home bias*) é um tipo de heurística da disponibilidade (*availability heuristic*) e pode ser explicado pelo fato de os gestores de investimentos serem responsáveis por fornecer boa performance de curto prazo para seus clientes;
- (D) o efeito halo (*halo effect*) pode estar presente quando os participantes do mercado financeiro julgam uma empresa pelo seu histórico de crescimento das receitas e é consequência do viés de aversão ao arrependimento (*regret aversion bias*);
- (E) as estratégias de negociação operadas no *day trading* baseadas na análise técnica e que possuem sucesso sistemático (ganhos mais frequentes e superiores do que perdas) corroboram a validade da hipótese da eficiência de mercado na forma fraca.

63

Com base nas conclusões obtidas no desenvolvimento da moderna teoria das carteiras de Markowitz e das versões do modelo de precificação de ativos de capital (CAPM), é correto afirmar que:

- (A) se uma determinada ação tem um retorno anormal (alfa) positivo, então seu índice de Sharpe supera o índice de Sharpe da carteira de mercado;
- (B) devido ao poder de diversificação, a parcela mais significativa na determinação do risco de uma carteira diversificada é dada pela variância média dos ativos que a compõem;
- (C) caso haja restrições ao crédito, investidores com diferentes níveis de aversão ao risco podem deter diferentes carteiras ótimas de tangência, mesmo quando os investidores possuem informação perfeita e expectativas homogêneas;
- (D) a propriedade da separação em dois fundos de Tobin implica que a escolha da carteira final ótima de um investidor racional depende somente do conhecimento do ativo livre de risco e da carteira de tangência, desconsiderando o grau de aversão ao risco do investidor;
- (E) as retas de alocação de capitais (CAL) descrevem todas as combinações possíveis entre o ativo livre de risco e todos os ativos arriscados da economia. Quando o ativo arriscado é a carteira de tangência (possui índice de Sharpe máximo), a CAL coincide com a reta de mercado de títulos (SML).

64

No mercado financeiro de um país preocupado com a prática de *greenwashing*, um investidor avalia a possibilidade de alocação de recursos entre duas empresas, A e B. A empresa A é reconhecida por sua transparência e adoção de práticas ambientais, sociais e de governança (ESG) validadas por auditores independentes e em conformidade com as normas do *International Sustainability Standards Board (ISSB) nº 1 e 2*. Já sobre a empresa B pesa recente controvérsia relacionada a possíveis propagandas enganosas sobre suas práticas ambientais. Considerando o risco reputacional e a assimetria informacional que podem afetar a empresa B, para o investidor que objetiva minimizar riscos associados ao *greenwashing* e que potencialmente deseja fomentar a redução do custo de capital por meio da promoção de práticas ESG, a estratégia mais aconselhável é:

- (A) alocar a maior parte do capital na empresa B, apostando na possibilidade de uma melhora significativa nas suas práticas ESG, desconsiderando os riscos de curto prazo na reputação e as dúvidas sobre a veracidade de suas propagandas;
- (B) relevar as questões de ESG no processo de decisão de investimento e focar apenas nos fundamentos financeiros das empresas, pois os riscos de reputação e os potenciais impactos negativos no valor são marginais a longo prazo;
- (C) diversificar igualmente o investimento entre as duas empresas, desconsiderando as diferenças significativas em seus históricos ESG, pois a empresa A obteve *assurance* e não há evidência de *greenwashing* por parte da empresa B;
- (D) investir somente em fundos de índice que replicam o Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) e o IDVERSA, sem analisar a composição e as práticas específicas dos fundos ou das empresas incluídas, pois todos os fundos ESG são equivalentes em termos de risco e retorno;
- (E) direcionar investimentos exclusivamente para a empresa A, considerando seu histórico comprovado de práticas ESG e a conformidade com as normas do ISSB, o que representa uma escolha de menor risco, alinhada aos princípios de sustentabilidade do investidor.

65

Sobre os desafios legais e regulatórios no mercado de valores mobiliários, é a estratégia regulatória mais efetiva e irrestrita:

- (A) incentivar a autorregulação entre as plataformas de negociação e empresas de investimento, de forma que a indústria possa policiar-se, via competição, contra a formação de esquemas de pirâmide;
- (B) exigir que todas as recomendações feitas por influenciadores digitais sejam previamente aprovadas pela CVM, a fim de assegurar que apenas conselhos financeiros apropriados sejam divulgados;
- (C) implementar um sistema de licenciamento obrigatório para influenciadores digitais que desejam divulgar conteúdo sobre investimentos, exigindo que passem por uma formação básica em finanças e ética de mercado;
- (D) promover campanhas educacionais voltadas para investidores sobre os riscos associados a investimentos em esquemas de pirâmide e como identificá-los, em vez de implementar novas regulamentações ou medidas de fiscalização;
- (E) desenvolver uma plataforma de colaboração entre reguladores, influenciadores e empresas de investimento, para criar diretrizes claras sobre a promoção de produtos financeiros, incluindo a verificação da veracidade das informações divulgadas.

## Sustentabilidade

66

As iniciativas corporativas relacionadas às práticas sustentáveis refletem principalmente:

- (A) a necessidade de simplificar processos operacionais por meio da redução de recursos;
- (B) o desejo de limitar a transparência corporativa a questões financeiras tradicionais;
- (C) o reconhecimento de que há melhoria na reputação corporativa perante os *stakeholders* e servem como diferencial competitivo;
- (D) a tendência de evitar o alinhamento com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU para focar em metas de curto prazo;
- (E) uma preferência por concentrar investimentos em tecnologias de baixo carbono, sem considerar outras dimensões ESG.

**67**

A materialidade financeira em sustentabilidade é corretamente definida como:

- (A) o impacto quantificável das práticas sustentáveis na margem de lucro líquido da empresa e no preço das ações;
- (B) o efeito de práticas de sustentabilidade (ESG) na redução de custos operacionais e na eficiência energética;
- (C) uma métrica que correlaciona diretamente investimentos em sustentabilidade com o aumento do preço das ações e de seus múltiplos de mercado;
- (D) os impactos significativos, reais ou potenciais, das organizações nas pessoas ou no ambiente, tanto no nível das operações como no da cadeia de valor;
- (E) a relevância de informações de sustentabilidade (ESG) na avaliação de risco e potencial de investimento por parte dos *stakeholders*, influenciando assim o valor de mercado da empresa.

**68**

De acordo com a Resolução CVM nº 14, de 9 de dezembro de 2020, que aprova a orientação técnica CPC 09, o principal objetivo do Relato Integrado é explicar aos provedores de capital financeiro como a organização gera valor ao longo do tempo.

Nesse sentido, o aspecto mais enfatizado no Relato Integrado (elementos de conteúdo) como forma de fornecer uma compreensão mais ampla do valor corporativo é:

- (A) a compilação e análise comparativa anual de todas as métricas financeiras e não financeiras, evidenciando sua evolução e impacto direto na performance corporativa;
- (B) a conectividade entre as informações financeiras e não financeiras, destacando como a integração e a gestão de aspectos de sustentabilidade (ESG) moldam a estratégia corporativa e contribuem para a criação de valor no longo prazo;
- (C) um foco predominante de indicadores de desempenho de sustentabilidade (ESG) sobre os financeiros, sob a premissa de que a excelência em sustentabilidade automaticamente assegura a viabilidade financeira futura da empresa;
- (D) a ênfase exclusiva em relatar iniciativas voltadas para a sustentabilidade ambiental, subentendendo que esta dimensão é a mais significativa para a valorização da empresa pelo mercado e pelos *stakeholders*;
- (E) a obrigatoriedade de divulgar detalhadamente cada ação sustentável individual, independentemente de sua relevância financeira ou impacto na estratégia corporativa a longo prazo, promovendo uma abordagem quantitativa extensiva.

**69**

O IFRS S1 (Requerimentos Gerais para Divulgação de Informação Financeira Relacionada à Sustentabilidade) requer que a entidade divulgue informações sobre riscos e oportunidades relacionados à sustentabilidade, de forma que sejam úteis aos principais usuários (investidores, atuais e em potencial) de relatórios financeiros para fins gerais ao tomarem suas decisões relacionadas à alocação de recursos na entidade.

De acordo com o conteúdo principal presente no IFRS S1, para atingir os objetivos dos requisitos de divulgação relacionados à gestão de riscos, a entidade deverá divulgar:

- (A) a maneira como a entidade monitora os riscos relacionados à sustentabilidade;
- (B) a análise de tendências ou mudanças no desempenho em relação à meta da entidade;
- (C) o órgão de governança responsável pela supervisão de riscos e oportunidades relacionados à sustentabilidade;
- (D) os efeitos dos riscos e oportunidades relacionados à sustentabilidade na estratégia e na tomada de decisão da entidade;
- (E) informações quantitativas sobre os efeitos financeiros atuais e previstos de riscos e oportunidades relacionados à sustentabilidade na cadeia de valor da entidade.

**70**

De acordo com a Resolução CVM nº 193, de 23 de outubro de 2023, é correto afirmar que:

- (A) a periodicidade de reporte do relatório de informações financeiras relacionadas à sustentabilidade deve ser, no mínimo, igual à das demonstrações financeiras de encerramento de exercício social;
- (B) o relatório de informações financeiras relacionadas à sustentabilidade, com base no padrão do ISSB, deve ser apresentado de forma agregada às demais informações da entidade e das demonstrações financeiras;
- (C) o relatório de informações financeiras relacionadas à sustentabilidade deve ser objeto de asseguarção razoável por auditor independente registrado na CVM, em conformidade com as normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC, até o final do exercício social de 2025;
- (D) a elaboração e divulgação de relatório de informações financeiras relacionadas à sustentabilidade pelas companhias abertas, fundos de investimento e companhias securitizadoras, com base no padrão internacional emitido pelo ISSB, serão obrigatórias a partir dos exercícios sociais iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2026, e facultativas até essa data;
- (E) as entidades devem arquivar o relatório de informações financeiras relacionadas à sustentabilidade por meio de sistema eletrônico disponível na página da CVM na rede mundial de computadores, a partir do segundo exercício social de adoção obrigatória, em até 6 (seis) meses contados do encerramento do exercício social ou na mesma data de envio das demonstrações financeiras, o que ocorrer primeiro.

Realização

